



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Pelo presente estudo visamos encontrar a solução mais adequada para o enfrentamento das necessidades de suporte técnico especializado para o planejamento e gestão da Secretaria Municipal e Educação de Cândido Rodrigues/SP, assegurando formação, orientação e subsídios para a tomada de decisões, de forma permanente.

1.2. Entendemos, inicialmente, que o suporte deve ser prestado de modo presencial e *online*, durante o expediente da Secretaria, de modo contínuo e permanente.

1.3. A solução deve abranger ações formativas, consultivas, preditivas e preventivas nas seguintes áreas da gestão administrativo-educacional:

- Interpretação e aplicação da legislação infraconstitucional afeta à educação pública, aos profissionais da educação, à inclusão e matérias correlatas, bem como de outros normativos, pareceres e indicações dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, e instâncias de controle;
- Efetivação do Plano de Ações Articuladas (PAR) 2025, e monitoramento de iniciativas e pendências de planos anteriores;
- Operação de ferramentas institucionais de gestão dos governos federal e estadual no campo da Educação: (MEC/FNDE) SIMEC, SIGPC, BB Gestão Ágil, Transferegov) e (SEE/FDE) SP SEM PAPEL;
- Decisão estratégica sobre a adesão/pactuação, desenvolvimento, gestão, aplicação de recursos e prestação de contas de programas educacionais federais e estaduais;
- Análise diagnóstica e ações em prol do cumprimento das condicionalidades de elegibilidade para o recebimento do recurso VAAR;
- Fortalecimento à atuação dos conselhos setoriais (CME, CAE, CACS - Fundeb), conselhos de escola e associações de pais e mestres (APMs), por meio de capacitação dos membros e orientação quanto às rotinas de instituição/constituição, atos registrares e expedientes formais de funcionamento.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, I, Lei 14.133/21).

A Secretaria Municipal da Educação de Cândido Rodrigues/SP enfrenta o desafio contínuo de assegurar a eficiência administrativa, a regularidade documental e a efetividade das políticas públicas de educação em suas unidades escolares, de forma alinhada ao complexo arcabouço normativo que regula o regime de colaboração federativa na área educacional. Dentre as exigências permanentes que recaem sobre os órgãos municipais de gestão da



PREFEITURA MUNICIPAL DE **CÂNDIDO RODRIGUES**

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

educação, destaca-se a necessidade de orientar e capacitar os gestores escolares para que administrem de forma eficiente os colegiados escolares — em especial os Conselhos de Escola e as Associações de Pais e Mestres (APMs) — assegurando seu funcionamento regular, sua escrituração adequada e sua conformidade com os princípios da gestão democrática e participativa, especialmente considerando a execução de programas e aplicação de recursos.

Adicionalmente, a Secretaria precisa manter em pleno funcionamento os seus instrumentos de planejamento, organização e controle institucional, de modo a garantir o cumprimento das condicionalidades previstas nas normas federais e estaduais para habilitação do Município às transferências voluntárias de recursos dos Governos Federal (via MEC e FNDE) e Estadual (via SEE e FDE). Tais exigências incluem a correta alimentação e operação de sistemas informatizados oficiais, a atualização de normativos internos, o acompanhamento da execução dos planos educacionais (PME) e o pleno atendimento a metas e indicadores vinculados a políticas de financiamento, como o Valor Aluno-Ano Rendimento (VAAR) do Fundeb, previsto na Lei Federal nº 14.113/2020.

Nesse cenário, impõe-se à Secretaria não apenas a gestão eficiente dos recursos humanos, pedagógicos, materiais e serviços acessórios essenciais — como transporte e alimentação escolar —, a efetivação de políticas de inclusão e equidade, o relacionamento com órgãos de controle social (CME, CAE, CACS-Fundeb) e outras esferas governamentais (como a Diretoria Regional de Ensino), e a manutenção da governança institucional em consonância com o Plano Municipal de Educação vigente e as diretrizes nacionais, mas ainda dos recursos financeiros da rede municipal de ensino, e a coordenação de múltiplos programas e obrigações acessórias.

Contudo, apesar de contar com equipe técnica qualificada em termos pedagógicos e educacionais, a Secretaria carece de suporte técnico especializado de natureza jurídico-administrativa, capaz de conferir segurança normativa, coerência institucional e capacidade de resposta tempestiva às exigências legais e operacionais impostas à gestão educacional contemporânea. A ausência desse apoio compromete não apenas a governança da política pública de educação, mas pode acarretar o risco de inabilitação do Município para recebimento de recursos externos, com prejuízos significativos ao interesse público, especialmente à garantia do direito à educação com qualidade, equidade e eficiência.

Diante desse contexto, torna-se premente contar com suporte técnico especializado, com expertise em direito e gestão educacional, que possa oferecer apoio estratégico contínuo à Secretaria Municipal da Educação, promovendo o fortalecimento institucional, a regularidade da atuação dos colegiados escolares e sociais, o planejamento e monitoramento das ações educacionais e o alinhamento da atuação municipal às normativas intergovernamentais, assegurando, assim, o pleno atendimento do interesse público e a qualificação da política educacional local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, § 1º, II, Lei 14.133/21).

3.1. O Município de Cândido Rodrigues já contou, em momento imediatamente anterior a este exercício, com o concurso de assessoria específica para o trabalho de acompanhamento dos sistemas governamentais de gestão dos programas e recursos da educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, III, Lei 14.133/21).

4.1. De acordo com os estudos realizados acerca da contratação de serviços análogos por órgãos municipais, gestores de redes de ensino, verificamos que a solução pretendida não pode prescindir da atuação pessoal e direta de profissionais das áreas do direito com sólido conhecimento em Direito Constitucional, Administrativo, Público ou Educacional; da gestão educacional com sólido conhecimento sobre gestão de rede de ensino de educação básica e políticas públicas educacionais, de modo integrado, para que a Secretaria Municipal da Educação conte com uma solução completa e abrangente. Também é preciso que esses profissionais tenham experiência em formação de gestores e técnicos para a operação dos sistemas institucionais de gestão utilizados pelos Governos Federal e do Estado de São Paulo, a exemplo do SIMEC, SIGPC, BB Gestão Ágil, Transferegov, SP sem Papel, SED e outros, bem como na implantação da política de gestão democrática.

Em pesquisa ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) verificamos o emprego de uma diversidade de modalidades licitatórias para a contratação dessas soluções (pregões e concorrências, além de contratações por dispensa de licitação e até mesmo por inexigibilidade).

Quanto às alternativas encontradas, existem contratações que possuem a mesma abrangência ou maior abrangência, e outras que trazem apenas parcelas do suporte que pretendemos. Nesse sentido a descrição do objeto de algumas contratações remetem à ideia da prestação de serviço por pessoa física, experiente no manejo dos sistemas de gestão informatizada, mas sem visão contextualizada acerca dos contornos e implicações que as informações alimentadas podem trazer ao município, em especial sob o aspecto do planejamento, da necessária coerência com o PME e com as necessidades contextuais de cada localidade, e sem compromisso com a formação dos agentes públicos.

Algumas vezes as Administrações parecem ter optado por uma espécie de terceirização desse serviço de manejo dos sistemas, o que se acredita ser, inclusive, irregular. Outras vezes, a solução contratada se restringiu aos aspectos jurídicos e administrativos, relegando a adesão e gestão de programas a técnicos e gestores da rede, sem fornecimento de apoio especializado, o que não supre a necessidade desta Secretaria como um todo, já que é preciso assegurar formação para ampla gama de agentes (conselheiros, técnicos e gestores da rede).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

Assim, a contratação de um técnico para “operação” de ferramenta informatizada, ou mesmo para a execução do serviço, à moda de uma “terceirização de mão de obra”, especialmente no que se refere à prestações de contas e outras rotinas exigidas por esses sistemas governamentais, não se revela adequada e não atende à necessidade administrativa.

Espera-se contratar um suporte eficiente para formar e orientar agentes públicos – técnicos, gestores e conselheiros; e também: acompanhar e atualizar sobre inovações legislativas e normativas; subsidiar o processo decisório da Secretaria da Educação; auxiliar no planejamento das ações e implementação das políticas públicas, tanto por meio dos sistemas de gestão das iniciativas governamentais (programas, convênios e outros ajustes), como na elaboração de diagnósticos e atos normativos específicos da educação.

Pela alta especialização e complexidade das matérias e dos serviços, entendemos que a solução pretendida deve ser classificada como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.

Ademais, a necessidade determinante da contratação é permanente e prolongada no tempo, já que as ações e iniciativas governamentais são dinâmicas e constantemente inovadas; os membros dos conselhos se renovam a cada mandato; os gestores de escolas necessitam de constante formação e aperfeiçoamento, e a Secretaria de Educação deve acompanhar toda a dinâmica administrativa e normativa com eficiência e atualização constantes, assegurando suporte a todos os atores envolvidos, desde conselheiros e técnicos até os gestores escolares. Este cenário leva à conclusão de que se deve contratar um serviço contínuo.

4.2. Dito isto, sugerimos os seguintes requisitos de contratação:

4.2.1. Classificação e prazo do serviço.

A classificação da solução como **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, com caráter de **serviço contínuo**, cujo período de contratação inicial (**prazo do serviço**) **deve ser de 12 (meses)**, podendo ser sucessivamente **prorrogável**, na forma da Lei, respeitando o prazo de vigência máxima decenal.

4.2.2. Subcontratação.

Acreditamos que a **subcontratação não deve ser permitida**, pois acreditamos que ocorreria um “sobrepço” ou precarização do serviço, que não coadunam com a vantajosidade buscada na contratação. Além disso, a subcontratação, ainda que parcial, do serviço poderia comprometer a qualidade, a uniformidade e a segurança jurídica das orientações prestadas à Secretaria Municipal de Educação. O serviço deve ser prestado de modo direto pela contratada, sem delegação a terceiro, segundo expertise e qualificação técnica próprias da empresa.

4.2.3. Empresas em regime de consórcio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

Pelas mesmas razões que a subcontratação pode trazer prejuízo à uniformidade, segurança jurídica e coerência nas orientações, formações e trabalhos desenvolvidos, também deve ser **vedada a participação de empresas em regime de consórcio**, assegurando a integridade e qualidade da solução como um todo.

4.2.4. Responsabilidade Social e Ambiental.

Não poderão ser contratadas empresas que tenham sido **condenadas definitivamente por atos de assédio moral ou sexual, ou por crime ambiental**; bem como aquelas cujos sócios ou diretores tenham sido condenados definitivamente **por atos de violência doméstica contra a mulher, crime de racismo ou outras condutas caracterizadas como crimes**.

4.2.5. Inversão da Fase de Habilitação.

Quanto à habilitação, entendemos que **deve haver a inversão da fase**, analisando antes os documentos de habilitação da empresa, especialmente os que dizem respeito à habilitação técnica, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 17, da Lei nº 14.133/2021, para assegurar que as propostas de preço analisadas advenham de empresas aptas à prestação dos serviços em conformidade com o previsto neste Estudo.

4.2.6. Habilitação Técnica Operacional e Profissional.

Assim, a **qualificação técnica operacional** da empresa deverá ser comprovada por meio de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por organização(ões) pública(s) ou privada(s), responsável(eis) pela gestão de rede de ensino, que demonstrem a atuação em serviço similar, de complexidade igual ou superior ao do objeto da contratação.

Sendo este um serviço contínuo, entendemos que é relevante exigir que o(s) atestado(s) demonstre(m) a **execução de serviços similares ao objeto da licitação, em período(s) sucessivo(s) por um prazo de 3 (três) anos**, conforme dispõe o § 5º do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021.

As **parcelas de maior relevância**, para os fins do que dispõem os §§ 1º e 2º do artigo 67, da Lei nº 14.133/2021, as seguintes:

- Elaboração técnica de projeto de lei e, quando o caso, de estudo estimativo de impacto orçamentário-financeiro, bem como acompanhamento do trâmite legislativo e da implementação de políticas públicas na área da educação. Compreendemos como válidos os projetos de lei dispendo sobre: Planos Municipais de Educação, Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral ou Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério;
- Suporte para a elaboração e acompanhamento permanente do SIMEC/PAR (todas as fases);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

- Formação de agentes públicos em matérias pertinentes ao objeto, em especial servidores da área técnica, gestores escolares (diretores) e conselheiros municipais de colegiados próprios da área da Educação.

A **qualificação técnico profissional**, em relação ao pessoal indicado pela empresa, deverá ser comprovada por meio de indicação do número mínimo de profissionais abaixo, acompanhada dos documentos de comprovação da habilitação profissional e experiência na atuação em serviço similar de complexidade igual ou superior:

- 1 (um) profissional do direito, pós-graduado em Direito Constitucional, Direito Administrativo ou Direito Educacional, com experiência comprovada na elaboração de projetos de leis e atos normativos em matérias pertinentes à educação, na forma da descrição do objeto da contratação;
- 1 (um) profissional da educação, habilitado em gestão educacional/escolar e pós graduado em Políticas Educacionais, Políticas Públicas ou Gestão da Educação Pública, com experiência comprovada em serviços de apoio a redes de ensino, no suporte especializado para ações de planejamento, monitoramento, avaliação e atualização de planos e programas federais e estaduais na área educacional.

4.2.7. **Demais requisitos de habilitação jurídica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira** serão adstritos à documentação prevista em Lei, de acordo com a praxe.

4.2.8. **Obrigações da Contratada.**

A empresa contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Estudo, na forma do Termo de Referência e do Contrato decorrentes, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas inerentes a boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Manter as condições exigidas na habilitação durante todo o período de vigência contratual, incluídas eventuais prorrogações de prazo;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei 14.133/21);
- Designar para a execução contratual pessoal necessário, com habilitação, conhecimento e experiência adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos e demais recursos necessários ao serviço, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - A indicação ou a manutenção do pessoal técnico indicado pela empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- Corrigir, ajustar, refazer, reelaborar ou substituir, às suas expensas, no total ou em



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de qualquer parcela do serviço prestado pelos profissionais indicados;

- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos dados, documentos ou informações pertinentes à gestão pública municipal, bem como aos documentos e produtos relativos à execução do contrato;
- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, em especial no que tange à Lei de Acesso à Informação (Lei federal nº 12.527/ 2011) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei federal nº 13.709/2018), bem como outras normas, e regulamentos instituídos pelo Poder Público Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência da contratação, ou de profissionais responsáveis pela execução dos trabalhos;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de vagas prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei 14.133/21);
 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, em especial, no caso dessa contratação, à segurança de dados e informações.

4.2.9. As **Obrigações da Contratante** serão:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Garantir, para as ações de formação realizadas in loco, as condições e recursos adequados à atuação dos profissionais da contratada, tais como: locais adequados para acomodar os agentes públicos participantes da formação, recursos audiovisuais e materiais de apoio necessários ao acompanhamento da formação;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou em plano de trabalho pactuado entre as partes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

- Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ela corrigido, ajustado, refeito, reelaborado ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos em contrato administrativo;
- Aplicar à Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - Concluída a instrução do requerimento de que trata o item anterior, a Administração terá o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 123 da Lei 14.133/2021 para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.2.10. Prazo do Serviço.

O prazo de prestação do serviço deve ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei, observada a vigência máxima decenal.

4.2.11. Forma, Prazo, Locais e Condições de Prestação do Serviço.

Durante a vigência contratual, a cada 12 (doze) meses, os serviços serão prestados de forma contínua e estruturada, conforme os seguintes eixos de atuação:

- Atuação presencial periódica voltada à formação de técnicos e gestores da rede, com abordagem teórica e prática sobre temas prioritários da gestão administrativa da educação municipal;
- Reuniões técnicas *on-line* com foco no monitoramento dos trabalhos de gestão, resolução de dúvidas técnicas, orientação sobre programas e ações do MEC/FNDE e SEE/FDE/SP, bem como revisão de estratégias adotadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

- Atendimento remoto contínuo: manutenção de canal direto e ágil para resposta às consultas técnicas e jurídicas, com suporte às demandas cotidianas da Secretaria, especialmente aquelas relacionadas a atos normativos, prestação de contas, elaboração de planos e projetos, decisões estratégicas e obrigações legais vinculadas a programas e repasses;
- Produção de conteúdo de apoio didático e relatórios técnicos: sistematização das orientações, pareceres e encaminhamentos realizados ao longo da consultoria, de forma a documentar os processos de aprendizagem institucional e subsidiar a tomada de decisões da pasta.

4.2.12. Tributos e Despesas.

Constituirão encargos exclusivos da empresa contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização do contrato, bem como custos com funcionários e pessoal técnico adequado, qualificado e disponível para a prestação do serviço objeto deste estudo, qualquer que seja a natureza do vínculo entre estes e a empresa vencedora do certame.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, IV, Lei 14.133/21).

5.1. Para estimar as quantidades a serem contratadas, utilizamos a pesquisa a contratações vigentes realizadas por outras Administrações municipais, comparadas às dimensões de nossa rede de ensino e ao número de agentes que se beneficiarão diretamente da solução.

5.2. Chegamos à conclusão de que não é possível quantificar, de modo objetivo, toda a prestação do serviço, mas apenas algumas parcelas conforme abaixo descrito:

- 4 (quatro) visitas à Secretaria Municipal de Educação ou outro local situado na cidade de Cândido Rodrigues, com duração de 6 (seis) horas, para desenvolvimento das atividades presenciais ao longo de 12 (doze) meses, em datas previamente agendadas;
- Reuniões *on-line* quinzenais, com duração máxima de 2 (duas) horas durante toda a vigência do contrato;
- Atendimento permanente e contínuo durante todo o período de expediente da Secretaria Municipal da Educação, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, por meio de canais de comunicação (telefone, *WhatsApp*, *e-mail* e outros), ao longo da vigência contratual;
- Trabalhos técnicos desenvolvidos na sede da empresa contratada, conforme a necessidade e demanda, ao longo da vigência contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

5.3. Com base nessa descrição, inferimos que a contratação deve ter o **regime de execução de empreitada por preço global**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, § 1º, V, Lei 14.133/21).

6.1. Considerando as alternativas encontradas na pesquisa de mercado, realizada por meio do portal PNCP e de levantamento junto a municípios da região, e considerando a necessidade de serviço abrangente e altamente especializado, concluímos que a melhor solução é a **“contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo, consistente em ações formativas, consultivas, preditivas e preventivas à Secretaria Municipal da Educação de Cândido Rodrigues, por meio de profissionais habilitados e experiente em direito e gestão educacional”**.

6.2. Para tanto, considerando a pluralidade de prestadores desses serviços e o vulto econômico de contratações realizadas para redes de porte equivalente ao de nosso Município, assim como o resultante de pesquisa direta com fornecedores reconhecidos no mercado, chegamos ao entendimento de que deve ser realizado **procedimento de dispensa de licitação**, na sua forma **eletrônica**, para contratação de **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, com caráter de **serviço contínuo**, e **regime de execução por preço global**.

6.3. Deve-se adotar **modo de disputa fechado**, pois concluímos que a disputa por lances, à moda do que ocorre na modalidade licitatória “pregão”, é vedada pelo parágrafo único do artigo 29 da Lei federal nº 14.133/2021. Por fim, deve valer-se de **inversão da fase de habilitação** para assegurar propostas de preço advindas de empresas que preenchem, já no ato de participação da competição, de todas as exigências formuladas, especialmente, quanto à sua habilitação técnica, mitigando riscos de comprometer a efetividade do procedimento e a qualidade da contratação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VI, Lei 14.133/21).

7.1. Realizamos pesquisas de preços com 3 (três) prestadores dos serviços considerando empresas conhecidas de Administrações de municípios vizinhos.

7.2. A metodologia utilizada para se chegar ao valor final do preço, foi o valor médio entre os valores pesquisados, conforme abaixo:

Fornecedor	Lex Et Educare Assessoria e Consultoria	Episteme Assessoria e Consultoria Educacional	Direttrix Gestão Educacional
Valor Global	R\$ 5.190,00	R\$ 5.220,00	R\$ 5.200,00
Média aritmética			R\$ 5.203,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

7.3. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 5.203,33 (cinco mil e duzentos e três reais e trinta e três centavos), por um período de 12 (doze) meses.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, § 1º, VII, Lei 14.133/21).

8.1. O ciclo de vida do objeto contempla, de forma articulada, as seguintes etapas:

- **Concepção e Planejamento**

A fase inicial será dedicada à organização dos trabalhos e elaboração de um plano de ação conjunto entre a empresa contratada e a Secretaria Municipal de Educação, que alinhe as necessidades locais às competências da consultoria. Esse plano deverá contemplar o cronograma das visitas presenciais, a agenda de reuniões remotas e a sistemática de atendimento às demandas da pasta, conforme detalhado neste Termo de Referência. Também deverá prever os mecanismos de acompanhamento, avaliação e ajustes ao longo da vigência.

- **Execução e entrega dos serviços**

Durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, os serviços serão prestados de forma contínua e estruturada, conforme os seguintes eixos de atuação:

- ✓ Atuação presencial periódica: realização de 4 (quatro) visitas técnicas anuais, com duração de 6 (seis) horas cada, voltadas à formação de técnicos e gestores da rede, com abordagem teórica e prática voltada aos temas prioritários da gestão administrativa e pedagógica da educação municipal;
- ✓ Reuniões técnicas online quinzenais: sessões de até 2 (duas) horas com foco no monitoramento dos trabalhos, resolução de dúvidas técnicas, orientação sobre programas e ações do MEC/FNDE e SEE/FDE/SP, bem como revisão de estratégias adotadas;
- ✓ Atendimento remoto contínuo: canal direto e ágil para resposta às consultas técnicas e jurídicas, com suporte às demandas cotidianas da Secretaria, especialmente aquelas relacionadas a atos normativos, prestação de contas, elaboração de planos e projetos, decisões estratégicas e obrigações legais vinculadas a programas e repasses;
- ✓ Produção de materiais de apoio e relatórios técnicos: sistematização das orientações, pareceres e encaminhamentos realizados ao longo da consultoria, de forma a documentar os processos de aprendizagem institucional e subsidiar a tomada de decisões da pasta.

- **Monitoramento, avaliação e ajustes**

O acompanhamento da execução se dará por meio de instrumentos de controle e avaliação da qualidade e tempestividade dos serviços prestados, a serem estabelecidos no plano de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

trabalho. A Secretaria Municipal poderá solicitar ajustes e reorientações na prestação dos serviços, desde que compatíveis com o objeto contratado. Reuniões específicas poderão ser convocadas para avaliação dos resultados parciais e readequações de rota.

- **Prorrogação**

Ao final do período de 12 (doze) meses, com base na avaliação da qualidade dos serviços, a Administração poderá optar pela prorrogação contratual, se assim concordar a empresa contratada. Nesse caso, o ciclo deve ser refeito, com o ajustamento das necessidades e objetivos para o próximo período de vigência contratual, retomando-se desde a fase Concepção e Planejamento.

- **Sustentabilidade e continuidade**

Espera-se que a prestação do serviço possibilite reposicionamento organizacional e fortalecimento institucional, formação contínua da equipe técnica da Secretaria, melhoria na governança educacional e maior autonomia do ente municipal na condução de suas políticas públicas educacionais. Os efeitos esperados são duradouros, promovendo avanços na qualidade da educação, no acesso a recursos e atualização contínuos, bem como na segurança jurídica e administrativa da pasta.

9. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, § 1º, VIII, Lei 14.133/21).

As características do objeto a ser contratado não são compatíveis com o seu parcelamento. Como já foi dito nos requisitos da contratação, relacionados a possibilidade de subcontratação ou de participação de empresas em regime de consórcio, entendemos que a solução buscada deve ser integrada e abrangente, a fim de que a Secretaria Municipal de Educação se beneficie de um modelo de suporte capaz de deixar um legado em termos de formação de agentes e reposicionamento administrativo, organizacional e estratégico em relação à gestão como um todo.

Dessa maneira, a contratação de um suporte jurídico-educacional, outro para monitoramento e orientação, e ainda um terceiro para a formação de agentes públicos, pode trazer notáveis riscos à segurança jurídica, à uniformidade e coerência das ações decorrentes. Portanto, a segurança normativa, coerência institucional e capacidade de resposta tempestiva às exigências da dinâmica gestão da educação pedem uma solução integrada e abrangente, sem fragmentação. Ademais, inferimos que, do ponto de vista econômico, essa solução também se revela mais vantajosa.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, § 1º, IX, Lei 14.133/21).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

Com o suporte pretendido procuramos alcançar impactos diretos na qualidade da gestão da Secretaria Municipal da Educação, com:

- a formação dos gestores escolares para a aplicação e prestação de contas dos recursos do PDDE, por meio do sistema BB Gestão Ágil, e outras incidentes sobre a matéria abrangida pela consultoria;
- a formação de cada conselho setorial (CME, CACS-Fundeb, CAE e conselhos escolares), visando qualificar seus membros para o cumprimento das funções institucionais, o exercício da fiscalização, o acompanhamento e controle social, fortalecendo a gestão democrática;
- o acompanhamento contínuo e suporte técnico especializado aos agentes técnicos e gestores atuantes na Secretaria Municipal da Educação, para a operacionalização das ferramentas institucionais de gestão dos Governos Federal (MEC/FNDE) e Estadual (SEESP/FDE);
- o aprimoramento da gestão administrativa da política pública de educação, em observância aos preceitos legais e normativos da área e ao entendimento jurisprudencial; bem como o atendimento e superação de apontamentos realizados por órgãos de controle interno e externo;
- a elaboração e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas 2025/2029, cumprindo tempestivamente o cronograma de desenvolvimento proposto no SIMEC-Módulo PAR, e executado corretamente cada uma das fases de modo que o Município esteja apto a receber fomentos e subsídios financeiros, materiais e estruturais advindos dos programas e iniciativas da União.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Não se aplica nenhuma providência a ser adotada quanto a formação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização para celebração do contrato de prestação de serviço pretendido.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (art. 18, § 1º, XI, Lei 14.133/21).

A contratação da solução descrita neste estudo não possui vínculo com outras contratações de serviços efetuadas ou necessárias para a Secretaria Municipal da Educação ou para outros órgãos desta Administração.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (art. 18, XII, Lei 14.133/21).

A sustentabilidade consiste em atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades e o bem-estar das gerações futuras, garantindo ao mesmo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES

CNPJ: 45.374.261/0001-00

✉ prefeitura@candidorodrigues.sp.gov.br

ADM: 2025-2028

tempo um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Para isso, tanto a população quanto os órgãos públicos têm papel fundamental em adotar medidas para combater qualquer ação que gere impactos negativos ao ecossistema.

Dada a natureza da solução, afirmamos que não são conhecidos impactos ambientais decorrentes de sua execução. Entretanto, é importante adotar medidas preventivas e, para isso, a futura contratação deverá exigir o emprego, sempre que possível, de soluções digitais para o fornecimento de conteúdo e materiais de apoio nas capacitações e para o atendimento das demandas efetuadas pela Secretaria Municipal da Educação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, XIII, Lei 14.133/21).

Entendemos que a contratação em questão, desde que respeitados os requisitos, definições e exigências previstos neste ETP, é a solução adequada para a questão enfrentada pela administração pública no momento, sendo o gasto público empenhado nos moldes aqui descritos, vantajoso para a Administração municipal e, por consequência, aos administrados.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, a serem identificados no Termo de Referência e/ou no Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica:

Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pelo(s) agente(s) que abaixo assinam:

Candido Rodrigues, 29 de abril de 2025.

Silvia Elena Luquês
Secretária Municipal de Educação